



A VISÃO DA CONTABILIDADE SOBRE AS REFORMAS DO BRASIL

16 e **17** de setembro de 2019

Influência dos Treinamentos na Utilidade Percebida do eSocial mediada pela Facilidade Percebida

Resumo

O objetivo deste artigo foi examinar a influência dos treinamentos na utilidade percebida do eSocial mediada pela facilidade percebida pelos contadores. Para tanto, trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e survey. A população da pesquisa abrangeu profissionais registrados no Conselho Regionais de Contabilidade (CRC) de todo o Brasil, tendo uma amostra final de 93 respostas válidas. Optou-se pela técnica de Modelagem de Equações Estruturais estimada a partir dos Mínimos Quadrados Parciais, realizada no software SmartPLS3, para análise de dados. Os resultados apontam que ainda não há um consenso sobre as facilidade e utilidades do eSocial. O estudo encontrou influência positiva do treinamento na facilidade percebida do eSocial, influência positiva da facilidade percebida na utilidade percebida do eSocial, influência positiva do treinamento na utilidade percebida do eSocial e a variável facilidade percebida como mediadora na relação entre treinamento e utilidade percebida do eSocial. Concluiu-se que os treinamentos podem auxiliar no aperfeiçoamento sobre o eSocial, colocando-o em prática com eficácia, pois, o principal objetivo dessa plataforma, é a unificação das informações prestadas buscando assim, a melhoria e agilidade para estes profissionais.

Palavras chave: eSocial, Utilidade Percebida. Facilidade Percebida, Treinamentos.

Linha Temática: Contabilidade Gerencial – Tecnologia e Sistemas de Informação



































A VISÃO DA CONTABILIDADE SOBRE AS REFORMAS DO BRASIL

16 e 17 de setembro de 2019

1 Introdução

O segmento de serviços contábeis foi um dos pioneiros na utilização da Tecnologia da Informação (TI) (Haberkamp et al., 2010). Como qualquer outra evolução, exigiu-se adaptação da classe (Paiva, 2002). Muitas destas mudanças foram impulsionadas pelo Governo. Com a possibilidade de prestação de contas e fornecimento de informações digitais ao Fisco, surgiu o Governo Eletrônico ou e-Gov (Vellucci et al. 2018).

Por meio deste, passou-se a padronizar o envio de informações ao Fisco. Passando-as da forma impressa para a digital, aumentando o controle e cruzamento de informações (Ruschel, Frezza & Utzig, 2011; Oliveira & Ávila, 2016). Afim de concentrar as informações em um único sistema, o Ministério da Fazenda e a Receita Federal do Brasil, por meio do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, alterado pelo Decreto nº 7.979 de 08 de abril de 2013, instituíram o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Logo, todas as empresas deveriam se adequar às novas regras de fiscalização implantadas. O objetivo do SPED é integrar os fiscos federais, estaduais e municipais mediante padronização. Busca-se reduzir os custos com armazenamento de documentos e minimizar os encargos com o cumprimento das obrigações acessórias (Nascimento, 2013).

Com base nesta estrutura, surgiu o eSocial, que tem por objetivo a consolidação das obrigações acessórias da área trabalhista. Este projeto é uma ação conjunta dos seguintes órgãos e entidades do governo federal: Caixa Econômica Federal (CEF), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Receita Federal do Brasil (RFB) (Duarte, 2013).

As práticas em desacordo com a legislação brasileira em situações trabalhistas também motivaram a implantação do eSocial (Marin, Silva & Gonçalves, 2015). Objetiva-se por meio deste, garantir os direitos dos trabalhadores (previdenciários e trabalhistas), simplificar as obrigações acessórias dos profissionais contábeis, bem como aprimorar a qualidade de informações, sejam elas de trabalho, previdenciárias e/ou fiscais (Oliveira, 2014).

Diversos estudos desta temática do eSocial foram realizadas (por exemplo, Mann & Hoffman, 2015; Silva & Nascimento, 2015; Rigo et al., 2015; Leal et al., 2016; Caon & Nascimento, 2017; Vellucci et al., 2018), entretanto costumam investigar os desafios e benefícios de sua implantação. Destarte, a investigação do impacto do treinamento na relação entre facilidade de uso e utilidade percebida pelos profissionais de contabilidade ainda está escassa na literatura.

A importância dos treinamentos já foi exposta na pesquisa de Mann e Hoffman (2015) ao identificarem que 57% dos profissionais contábeis entendiam que deveriam fortalecer seus treinamentos para o eSocial. Destacam ainda que 86% dos respondentes não se sentem preparados para esta obrigação. Os achados de Caon e Nascimento (2017) reforçam tais constatações ao apontarem ausência de treinamento para 63% dos respondentes. Entretanto, a literatura apresenta contraste, a pesquisa de Zanin et al. (2017) identificou 100% da amostra como participantes de treinamentos.

É natural, assim como toda implantação de ferramenta tecnológica, a necessidade de treinamentos, como exposto por estudos anteriores que se preocuparam com tal situação (Mann & Hoffman, 2015; Caon & Nascimento, 2017; Zanin et al., 2017). Em consequência, sua implantação resultará em facilidade tanto para profissionais contábeis quanto para o Governo. Torna-se útil também haja vista que substituirá 15 obrigações acessórias, unificando-as (Brasil, 2017).



























A VISÃO DA CONTABILIDADE SOBRE AS REFORMAS DO BRASIL

16 e **17** de setembro de 2019

Sendo assim, esta pesquisa objetiva examinar a influência dos treinamentos na utilidade percebida do eSocial mediada pela facilidade percebida. Para isto, aplicou-se questionários com os profissionais de contabilidade devidamente registrados no CRC de Santa Catarina.

Diante do exposto, esta pesquisa se justifica por demonstrar a percepção dos profissionais da área quanto a facilidade, utilidade e o impacto do treinamento nesta relação. Contribui-se assim, tanto para a literatura da área, quanto para a prática, principalmente para demonstrar ao Fisco a situação e percepção destes profissionais quanto esta obrigação, haja vista as preocupações destes em se adequar/implantar o eSocial (Oliveira, 2014). Demonstra-se ainda a importância dos treinamentos para uma melhor percepção de utilidade do eSocial, na busca por simplificação das tarefas do ramo contábil.

Esta pesquisa possui além desta seção introdutória, outras quatro seções. Primeiro apresenta-se o referencial teórico; em seguida demonstra-se os procedimentos metodológicos para execução desta; na quarta seção encontram-se a análise e discussão dos resultados; por fim, as conclusões e as referências.

2 Referencial teórico

2.1 A contabilidade e o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED

A contabilidade se trata da ciência de controle patrimonial e vem se aprimorando em acompanhamento as mudanças tecnológicas (Haberkamp *et al.*, 2010; Barp, Vieira & Martins, 2014). Os avanços derivam da própria lógica de desenvolvimento econômico e político da sociedade e transformam a cada dia os hábitos, formas de comprar, produzir e vender, o que implica em novos modos de gerir a organização (Gonzalez Junior, Fialho & Santos, 2016).

Devido às transformações da tecnologia de informações, a utilização de *softwares* e *hardwares* avançados fornecem informações precisas e objetivas, o que agiliza a tomadas de decisões nas empresas (Oliveira *et al.*, 2016). Com isso, para Oliveira (2014) os sistemas de informações na contabilidade tem grande importância, pois, viabilizam e unificam ferramentas para atender todos os setores da contabilidade. Parte destes avanços foram baseadas em fatores exógenos, exigidos por meio da implementação do e-Gov.

A principal ferramenta deste novo mecanismo de governo é o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Trata-se da modernização da sistemática do cumprimento das obrigações acessórios, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores. Têm-se como objetivos: promover a participação dos fiscos, por meio da padronização e do compartilhamento das informações contábeis e fiscais; racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, por meio da transmissão única de distintas obrigações acessórias; e tornar mais efetiva a identificação de atos ilícitos tributários (Rocha & Carvalho, 2012; SPED, 2019).

Tal projeto representa uma iniciativa integrada das administrações tributárias nas esferas federal, estadual e municipal (Azevedo & Mariano, 2010). Trata-se de uma das medidas anunciadas pelo Governo Federal para o Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010 (PAC). A criação do SPED ocorreu com a inserção do inciso XXII no artigo 37, da CF/88 pela Emenda nº 42.

Como benefícios, têm-se o aumento do controle, cruzamento de informações e a redução de custos com armazenamento de documentos, bem como a minimização de encargos com o



































A VISÃO DA CONTABILIDADE SOBRE AS REFORMAS DO BRASIL

16 e **17** de setembro de 2019

cumprimento das obrigações acessórias (Ruschel, Frezza & Utzig, 2011; Nascimento, 2013; Oliveira & Ávila, 2016). O projeto ambicioso do Governo é reconhecido por Lizote e Mariot (2012, p. 23) como "uma realidade ímpar e sem volta, com diversos subprojetos em desenvolvimento".

A estrutura do SPED está dividida em quatro módulos: escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e). Conforme Abrantes (2014), esta é a principal ferramenta de controle e fiscalização das informações prestadas pelas organizações empresariais. Com base nesta estrutura surgiu o eSocial, projeto do Governo Federal que visa unificar as informações trabalhistas e previdenciárias.

2.2 Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial

O eSocial é a escrituração digital da folha de pagamento, e das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais (Oliveira, 2014; Marin, Silva & Gonçalves, 2015). É o maior e mais complexo projeto do SPED, sendo planejado de forma conjunta por diversos órgãos e instituições. Este sistema é tão grandioso que, pode-se considerar da mesma magnitude que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quanto às relações trabalhistas (Vellucci *et al.*, 2018).

O projeto foi embasado legalmente no *SPED*, *criado por meio do* Decreto de nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, e aprovado a partir do Ato Declaratório Executivo nº 5, de 17 de julho de 2013. O eSocial se refere a uma escrituração digital que abrange os dados da folha de pagamento, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas a todos os empregados, empregadores e as contratações de serviços em território nacional (Leal *et al.*, 2016).

As informações coletadas pelas empresas irão compor um sistema de banco de dados único, administrado pelo Governo, que abrangerá mais de 40 milhões de empregados (Brasil, 2017). As fraudes, a redução no direito trabalhista dos empregados e os prejuízos das arrecadações foram os motivos que levaram o Governo Federal a consolidarem o eSocial. Com a união de outros órgãos o projeto se tornou possível (Mann & Hoffmann, 2015).

Entre as diversas mudanças com a implantação do eSocial, destaca-se o Registro de Empregados, que passará a ser realizado no portal do eSocial, registro da folha de pagamento mensal, que deverá ser realizado até o segundo mês subsequente ao cálculo, além do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) que será extinto, pois as informações passarão automaticamente para o órgão responsável. Com a implantação do eSocial, o envio das informações é realizado em um único sistema digital (Oliveira, 2014), o que facilita a fiscalização, cruzamento e acesso às informações por parte dos entes fiscalizadores (IOB, 2015), bem como diminui a sonegação e aumenta a arrecadação de tributos (IOB, 2015).

Diante do exposto, contadores veem de forma positiva esta nova obrigação acessória, por reduzir a burocracia e melhorar o cumprimento dos direitos trabalhistas (Oliveira, Santana & Martins, 2017). O eSocial substitui mais de 15 obrigações acessórias, a Tabela 1 apresenta as obrigações que serão substituídas com a implementação da plataforma.























A VISÃO DA CONTABILIDADE SOBRE AS REFORMAS DO BRASIL

16 e **17** de setembro de 2019

Tabela 1.

Obrigações Acessórias

Obrigação acessória Descrição		
GFIP	Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social.	
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.	
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais.	
LRE	Livro de Registro de Empregados.	
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho.	
CD	Comunicação de Dispensa.	
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social.	
PPP	Perfil Profissiográfico Previdenciário.	
DIRF	Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte.	
DCTF	Declaração dos Débitos e Créditos Tributários Federais.	
QHT	Quadro Horário de Trabalho.	
MANAD	Manual Normativo de Arquivos Digitais.	
Folha de Pagamento	Será alterada a forma de envio das informações da folha de pagamento.	
GRF e GRRF	Guia de Recolhimento do FGTS e Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS.	
GPS	Guia da Previdência Social.	

Fonte: http://portal.esocial.gov.br

Em virtude de sua relevância e importância para a prática da área, pesquisas têm abordado o tema. As investigações permeiam diversas áreas, tais como: o processo de implantação e transmissão de informações ao Fisco (Mann & Hoffman); benefícios, desafios e dificuldades (Vellucci et al., 2018); conhecimento/percepção dos profissionais/estudantes da área contábil (Silva & Nascimento, 2015; Caon & Nascimento, 2017); e a adaptação do profissional (Rigo et al., 2015; Leal et al., 2016). Porém, ainda não se investigou o impacto do treinamento sobre a relação de facilidade de uso e utilidade percebida sobre o eSocial, o que é fruto de investigação desta pesquisa.

2.3 Formulação das hipóteses

Para a investigação do objetivo proposto foram selecionadas as proposições do Modelo de Aceitação de Tecnologia (TAM) proposto por Davis, Bagozzi e Warshaw (1989), que visavam investigar a disposição dos usuários em aceitar e utilizar novos sistemas de informação nas organizações. O TAM tem auxiliado na compreensão da implementação dos mais variados contexto organizacionais (Amoako-Gyampah, 2007; Escobar-Rodriguez & Monge-Lozano; 2012; Venkatesh & Davis, 2000). No Modelo de Aceitação de Tecnologia as variáveis antecedentes são utilizadas para explicar a intenção de uso de um determinado sistema, visto que o eSocial é obrigatório, o estudo não irá utilizar a variável de intenção de uso, optando na investigação pelas variáveis (i) treinamento; (ii) facilidade percebida e (iii) utilidade percebida.

Treinamento refere-se ao processo de formação e capacitação do usuário para utilização do sistema (Escobar-Rodriguez & Monge-Lozano; 2012; Santos et al.; 2017). A facilidade percebida relaciona-se ao grau em que uma pessoa considera que não haverá esforços para compreensão e utilização de um sistema (Davis, Bagozzi & Warshaw, 1989). Por fim, utilidade percebida referese ao grau que uma pessoa acredita que o uso de um sistema pode auxiliar no desempenho de suas





























A VISÃO DA CONTABILIDADE SOBRE AS REFORMAS DO BRASIL

16 e 17 de setembro de 2019

atividades (Davis, Bagozzi & Warshaw, 1989).

Primeiramente, espera-se que o treinamento influencia na facilidade percebida pelo eSocial. Escobar-Rodriguez e Monge-Lozano (2012) e Santos et al. (2017), ao estudarem a implementação das plataformas de ensino, encontraram uma relação positiva e significante entre treinamento e facilidade percebida. No caso, visto a importância e complexidade na implementação do eSocial tem-se os usuários que recebem uma capacitação para utilização do sistema conseguirão compreende-lo de forma mais clara e operacionaliza-lo com maior facilidade. Com isso elaborouse a hipótese 1:

H1: O Treinamento influencia positivamente na Facilidade Percebida do eSocial

Conforme a literatura tem apresentado, o nível que uma pessoa considera que não haverá esforços na utilização de um sistema influencia na sua percepção do quão útil é o sistema para o melhor desempenho das atividades. Essa influência tem sido comprovada em diversos contextos organizacionais, desde a elaboração do Modelo TAM por Davis, Bagozzi e Warshaw (1989) (Amoako-Gyampah, 2007; Escobar-Rodriguez & Monge-Lozano; 2012; Santos et al.; 2017; Venkatesh & Davis, 2000). A partir disso, elaborou-se a hipótese 2:

H2: O Facilidade Percebida influencia positivamente na Utilidade Percebida do eSocial

Os estudos que apontaram para a influência do treinamento na facilidade percebida (Escobar-Rodriguez & Monge-Lozano; 2012; Santos et al.; 2017) também encontraram uma influência na utilidade percebida. O fato é explicado pois após a capacitação dos usuários esses conseguem utilizar os sistemas de uma forma mais eficiente, o que auxilia na melhora do desempenho das atividades propostas. Espera-se então que após os treinamentos os usuários tenham uma melhor compreensão das funcionalidades do eSocial e possam visualizar suas utilidades. Com isso, elaborou-se a hipótese 3:

H3: O Treinamento influencia positivamente na Utilidade Percebida do eSocial

Ademais, os estudos que utilizaram a variável de treinamento (Escobar-Rodriguez & Monge-Lozano; 2012; Santos et al.; 2017) evidenciaram como esse pode ser importante na compreensão das facilidades de operacionalização do sistema, que proporciona um melhor desempenho nas atividades, aumentando a percepção de utilidade percebida. Com isso, espera-se que o treinamento aumente a facilidade percebida e consequentemente influencie utilidade percebida, sendo a facilidade percebida mediadora entre a relação de treinamento e utilidade percebida Diante disso, foi elaborada a hipótese 4.

H4: O Treinamento influencia positivamente na Utilidade Percebida do eSocial mediada pela Facilidade Percebida

Visando o teste das hipóteses apresentadas, foi elaborado o modelo teórico da pesquisa. A Figura 1 apresenta o modelo teórico.



















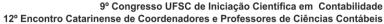
















16 e **17** de setembro de 2019

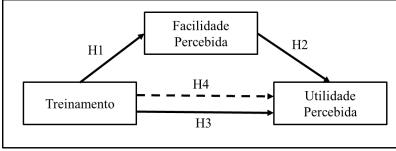


Figura 1. Modelo Teórico

Apresentados os conceitos que embasam o estudo e as hipóteses a serem testadas a pesquisa parte para os procedimentos metodológicos.

3 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa classifica-se quanto aos objetivos como descritiva, quanto aos procedimentos técnicos como pesquisa de levantamento, tipo *survey* e com abordagem do problema quantitativa (Richardson, 1999).

Como a população desta pesquisa considerou-se os contadores registrados no Conselho Regional de Contabilidade, em todo Brasil no ano de 2019. A população deste estudo foi de 517.585 contadores registrados no Conselho Regional de Contabilidade. O cálculo do tamanho adequado da amostra, visando o poder estatístico da análise, foi realizado pelo *software G*Power*. Para sua realização foram utilizados os critérios estabelecidos por Faul *et al.* (2009), a partir das variáveis preditoras sobre a variável dependente. O tamanho do efeito médio de 0,15, o poder da amostra de $1-\beta=0,8$ e o nível de significância de $\alpha=0,05$. A partir dos critérios foi estabelecido que para a avaliação do modelo teórico esperava-se no mínimo 68 respostas.

A pesquisa recebeu um total de 120 respostas. A aplicação do questionário foi realizada entre os dias 22 de abril de 2019 à 15 maio de 2019. Visto que um dos objetivos era analisar a influência dos treinamos na utilidade percebida do eSocial, os respondentes que não tinham passado por treinamentos e/ou não tinham conhecimento sobre a temática foram excluídos da amostra, chegando a um total de 93 respostas válidas, sendo atingido o mínimo estabelecido para as análises propostas.

O instrumento de aplicação de coleta de dados se deu por meio de um questionário enviado via Conselho Federal de Contabilidade e por e-mail de escritórios cadastrados. Foi solicitado que respondessem o questionário os contadores registrados que tivessem um conhecimento mínimo sobre o eSocial.

O instrumento de pesquisa foi divido em quatro blocos. O primeiro bloco visava a caracterização dos respondentes e se eles tinham passado por algum treinamento para o uso do eSocial; os demais blocos visavam o objetivo da pesquisa e apresentavam assertivas com uma escala Likert de 5 pontos, na qual 1 representava o discordo plenamente e o 5 o concordo totalmente. O bloco 2 buscou os treinamentos para o eSocial. Já os blocos 3 e 4 buscavam captar respectivamente a facilidade e utilidade percebida do eSocial e foram elaborados a partir do















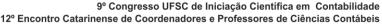
















16 e **17** de setembro de 2019

pressuposto de Davis (1989). O constructo de pesquisa e as assertivas são apresentadas na Tabela

Tabela 2.

Constructo de Pesquisa

Constructo	Definição		Assertiva	Estudos Anteriores
Treinamento	Processo de capacidade de formação do usuário	TRE1 TRE2 TRE3 TRE4	O tipo de treinamento que recebi sobre o uso do eSocial foi satisfatório. Meu nível de compreensão sobre o eSocial melhorou depois de passar pelo programa de treinamento. Os treinamentos para o eSocial me deram confiança para o uso. O(s) treinador (es) eram experientes e ajudaram a melhorar a minha compreensão do eSocial.	Escobar-Rodriguez & Monge-Lozano; 2012; Santos <i>et al.</i> ; 2017
Facilidade Percebida	Grau em que uma pessoa considera que não haverá esforços na utilização de um sistema (Davis, 1989, p. 320)	FAC1 FAC2 FAC3	O eSocial me dará um controle maior sobre minhas atividades. Após o sistema implantado, as informações a serem prestadas passam a fluir com mais tranquilidade. Após a implantação completa da nova plataforma digital, irá substituir mais de 15 obrigações acessórias. Com isso, os contadores terão mais flexibilidade para prestar as informações aos órgãos. O eSocial irá me auxiliar a trabalhar mais eficientemente.	Amoako-Gyampah, 2007; Escobar- Rodriguez & Monge-Lozano; Davis, Bagozzi & Warshaw (1989) 2012; Santos <i>et al.</i> ; 2017; Venkatesh & Davis, 2000
Utilidade Percebida	O grau em que uma pessoa acredita que o uso de um determinado sistema aumentaria o desempenho de seu trabalho (Davis, 1989, p. 320)	UTI1 UTI2 UTI3 UTI4	O eSocial irá melhorar meu desempenho como profissional. O eSocial me fornece informações adequadas para otimizar as decisões. O eSocial é vantajoso para o desenvolvimento da minha profissão. O eSocial conseguirá oferecer, os mesmos serviços que são oferecidos pelas 15 obrigações acessórias, como: GFIP, CAGED, RAIS, DCTF, entre outras.	Amoako-Gyampah, 2007; Escobar- Rodriguez & Monge-Lozano; Davis, Bagozzi & Warshaw (1989) 2012; Santos <i>et al.</i> ; 2017; Venkatesh & Davis, 2000

Primeiramente foi realizada a estatística descritiva das assertivas ligadas ao objetivo de pesquisa. Para o teste de hipóteses, foi utilizada a Modelagem de Equações Estruturais (Structural Equations Modeling), realizada pelos mínimos quadrados parciais (PLS-SEM), recomendado para modelos teóricos pouco explorados (Ringle, Silva & Bido, 2014). O software para a realização da análise também foi o SmartPLS 3.

A PLS-SEM envolve a avaliação simultânea de múltiplas variáveis, definidas após a análise































16 e **17** de setembro de 2019

fatorial, e seus relacionamentos (Hair Jr *et al.*, 2014; Ringle, Silva & Bido, 2014). São calculadas as correlações entre os constructos e suas variáveis mensuradas e em seguida são realizadas regressões lineares entre constructos (Hair Jr *et al.*, 2014; Ringle, Silva & Bido, 2014;).

Foi realizada a avaliação da validade e confiabilidade do modelo de mensuração, por meio da análise da: Variância Média Extraída (AVE) e consistência interna, por meio do Alfa de Cronbach (AC) e Confiabilidade Composta (CC) (Hair Jr *et al.*, 2014; Ringle, Silva & Bido, 2014). Para o teste de hipóteses e análise da significância das relações (p-valor) entre as variáveis no modelo estrutural utilizou-se o procedimento de *Bootstraping* (Ringle, Silva & Bido, 2014). Por fim, visando cumprir o objetivo geral buscou-se a verificação da mediação pelos critérios estabelecidos por Baron e Kenny (1986): (i) a variável independente deve ter influência significativa sobre a variável dependente; (iii) a variável independente deve ter influência significativa sobre a variável dependente; e (iv) o efeito da variável independente na variável dependente deve ser menor ou não influenciar significativamente na mediação.

4 Descrição e análise dos dados

4.1 Análise descritiva das assertivas

Inicialmente foi realizada a análise descritiva das assertivas ligadas ao objetivo geral da pesquisa, visando o comportamento dos contadores em relação ao e-social. A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva das assertivas.

Tabela 3. **Análise descritiva das assertivas**

Constructo	Quest	Min	Max	Média	Med	Moda	DP
Treinamento	TRE1	1	5	3,419	3	3	1,045
	TRE2	1	5	3,624	4	4	1,102
	TRE3	1	5	3,387	3	3	1,142
	TRE4	1	5	3,634	4	4	1,061
Facilidade Percebida	FAC1	1	5	3,516	4	4	1,128
	FAC2	1	5	3,624	4	4	1,112
	FAC3	1	5	3,312	4	4	1,302
	FAC4	1	5	3,473	4	4	1,147
Utilidade Percebida	UTI1	1	5	3,290	3	4	1,238
	UTI2	1	5	3,151	3	4	1,197
	UTI3	1	5	3,226	3	3	1,180
	UTI4	1	5	3,645	4	4	1,194

Legenda: Min = Mínimo; Max = Máximo; Med = Mediada; DP = Desvio Padrão.

Nota-se a partir das assertivas que os contadores não têm uma visão uniforme sobre a implementação do eSocial, evidenciada pelo alto desvio das respostas. Com isso, infere-se a falta de consenso quanto as facilidade e utilidades da implementação do e-social. Tem-se ainda que os treinamentos apresentam o mesmo padrão havendo uma discordância entre os envolvidos no processo.

































A VISÃO DA CONTABILIDADE SOBRE AS REFORMAS DO BRASIL

16 e 17 de setembro de 2019

Quanto ao treinamento, tem-se a maior média para a assertiva sobre a experiência dos treinadores e sua ajuda na compreensão do funcionamento do e-social, apesar da não concordância tem-se que os treinamentos podem auxiliar na compreensão dessa nova obrigação, corroborada pela assertiva TRE2. Contudo, apesar da melhor compreensão os treinamentos ainda não dão total confiança para utilização do eSocial, evidenciado pela baixa consistência da assertiva sobre a confiança para o uso após os treinamentos.

Entre as facilidades do e-social, os contadores acreditam que após a efetiva implementação do sistema as informações irão fluir com mais tranquilidade, por essa plataforma substituir mais de 15 obrigações acessórias. Contudo, mesmo após a implementação não tem se uma concordância que o eSocial trará uma maior flexibilidade para prestar as informações aos órgãos, o que é uma das razões de sua implementação. Porém, conforme salienta Oliveira (2013), o eSocial facilita o trabalho do profissional responsável por encaminhar dados, pois facilita digitalmente as informações entre contribuinte e fisco, de forma segura e eficaz.

Por fim, sobre a utilidade percebida, nota-se a partir a partir das baixas médias apresentadas pelas respostas que na visão dos contadores que não houve uma melhora do desempenho a partir da implementação do sistema. A única utilidade destacada foi que o sistema irá oferecer, os mesmos serviços que são oferecidos pelas 15 obrigações acessórias, o que pode ainda otimizar os processos para o cumprimento dessas obrigações.

Desde a sua implantação, as diversas prorrogações do programa demonstram aos contadores a fragilidade apresentada pela plataforma. Além disto, ao serem apresentadas propostas de mudanças nas obrigações, essas são vistas com receio e elucidam diversos questionamentos, com o eSocial não é diferente. Na prática, os erros estão sendo constantes, tanto no envio diário das informações, quanto no fechamento mensal da folha de pagamento. Pois, a transmissão de informações é muito mais recorrente, do que antes e demanda muito mais atenção ao cumprimento de prazos previstos na legislação trabalhista.

O que se espera, é que ao final de toda a sua implantação, a plataforma cumpra o seu objetivo, de otimizar o tempo e facilitar o envio das obrigações acessórias. Todavia, a implantação do eSocial tem sido realizada de forma problemática surgindo diversos erros dentro do sistema. Esses tem sido corrigido por meio de novos *layouts* para cumprir a falta de informações e assistências da forma inicial da plataforma digital. Alguns desses erros são decorrentes das informações incorretas pelas empresas, sendo confrontada junto aos demais órgãos ao serem enviadas.

4.2 Modelo estrutural e teste de hipóteses

Após a análise descritiva das assertivas a pesquisa partiu para a avaliação do modelo de mensuração para a realização da Modelagem de Equações Estruturais realizada pelos mínimos quadrados parciais (PLS-SEM). Nessa etapa foram realizados é o teste de confiabilidade e validade do modelo de mensuração, realizado a partir das validades convergentes, confiança na consistência interna e validade discriminante (Hair Jr. *et al.*, 2014).

As validades convergentes são obtidas por meio das observações das Variâncias Médias Extraídas (Average Variance Extracted - AVEs). A AVE analisa o quanto, em média, as variáveis se correlacionam com os seus respectivos constructos. Para esse índice, para que o modelo



































16 e **17** de setembro de 2019

apresente um resultado satisfatório, é indicado que os valores das AVEs sejam maiores que 0,5 (Ringle *et al.*, 2014).

Para a consistência interna, foram observados o do Alfa de Cronbach (AC), que se baseia em intercorrelações das variáveis, avaliando se os indicadores são igualmente confiáveis (Hair Jr. et al., 2014). E a Confiabilidade Composta (CC) que prioriza as variáveis de acordo com as suas confiabilidades (Ringle et al., 2014). Os dois índices são utilizados para observar se a amostra está livre de vieses e, se as respostas em seu conjunto são confiáveis (Hair Jr. et al., 2014; Ringle et al., 2014). No caso de pesquisas exploratórias, Hair Jr. et al. (2014) indicam que são considerados adequados os valores acima de 0,7.

A avaliação da validade discriminante (VD), é utilizada para analisar se as variáveis latentes são independentes uma das outras (Hair Jr et al., 2014; Ringle, Silva e Bido, 2014). Para sua avaliação foi utilizado o critério de Fornell e Larcker (1981). Nela compara-se as raízes quadradas dos valores das AVEs de cada constructo com as correlações entre os constructos, tendo que as raízes quadradas das AVEs serem maiores que as correlações entre os constructos (Fornell & Larcker, 1981; Ringle et al., 2014). A Tabela 4 a avaliação do modelo de mensuração.

Tabela 4. Validação do modelo de mensuração

Variáveis	Treinamento	Facilidade Percebida	Utilidade Percebida	
Treinamento	0,927			
Facilidade Percebida	0,440	0,880		
Utilidade Percebida	0,388	0,266	0,842	
AVE	0,860	0,774	0,709	
Confiabilidade composta (CC)	0,961	0,932	0,907	
Alfa de Cronbach (AC)	0,946	0,903	0,862	

Legenda: AVE: Variâncias Médias Extraídas; CC: Confiabilidade Composta; AC: Alfa de Cronbach.

Realizada a avaliação do modelo de mensuração a pesquisa parte para o teste de hipóteses visando a influência do treinamento na utilidade percebida mediada pela facilidade do eSocial. Para o teste de hipóteses foi utilizado o procedimento de *Bootstraping* (Ringle, Silva & Bido, 2014) buscando a análise da significância das relações (p-valor) no modelo estrutural. No Bootstraping ou técnica de reamostragem, consideram-se os coeficientes de determinação de Pearson (R2), para avaliar a variância das variáveis endógenas, explicada pelo modelo estrutural (Ringle, Silva & Bido, 2014).

O R² (Coeficiente de relação de Pearson) de cada construto indica o quanto cada variável dependente é explicada pelas variáveis independentes. Nos casos das pesquisas em Ciências Sociais, Cohen (1988) classifica o poder explicativo nas seguintes condições: R²=2%: efeito pequeno, R²=13%: efeito médio; e R²=26% efeito grande. A Tabela 5 apresenta os Coeficiente de Determinação de Pearson do modelo.













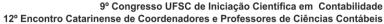
















16 e **17** de setembro de 2019

Tabela 5.

Avaliação de ajustes gerais do modelo

Construto	R ² (Sem Mediação)	R ² (Com Mediação)
Facilidade Percebida	-	0,194
Utilidade Percebida	0,156	0,586

Realizados a análise do modelo de mensuração e a avaliação do modelo estrutural ajustado, utilizou-se o procedimento de *Bootstraping* (Ringle, Silva & Bido, 2014) para análise da significância das relações (p-valor) no modelo estrutural. No *Bootstraping* ou técnica de reamostragem, consideram-se os coeficientes de determinação de Pearson (R²), para avaliar a variância das variáveis dependentes, explicada pelo modelo estrutural (Ringle, Silva & Bido, 2014).

Para a avaliação da mediação da Facilidade Percebida, na relação entre treinamento e Utilidade percebida, utilizou-se os critérios estabelecidos por Baron e Kenny (1986): (i) a variável independente (treinamento) deve influenciar significativamente a mediadora (facilidade percebida); (ii) a mediadora (facilidade percebida deve influenciar significativamente a variável dependente (utilidade percebida); e (iii) a variável independente (treinamento) deve influenciar significativamente a variável dependente (utilidade percebida), em uma relação sem mediação. É comprovada a mediação por meio da interveniência da variável mediadora entre a variável dependente e a independente a partir da diminuição ou inexistência de efeitos diretos significativos (Baron & Kenny, 1986).

A Tabela 6 apresentam-se os coeficientes de caminho, com base nos dados obtidos pelo *Bootstrapping* e a decisão quanto as hipóteses de pesquisa, a partir dos coeficientes e análise da significância das relações.

Tabela 6. Coeficiente de caminhos e significância das relações

Hipótese	Relação	Coeficiente estrutural	Erro padrão	t-valor	p- valor	Decisão
H1	Treinamento > Facilidade Percebida	0,441	0,107	4,127	0,000	Aceita
H2	Facilidade Percebida > Utilidade Percebida	0,738	0,058	12.606	0,000	Aceita
Н3	Treinamento > Utilidade Percebida	0,408	0,098	4,013	0,000	Aceita
H4	Treinamento > Facilidade Percebida >	0,067	0,076	0,851	0,395	Mediação
	Utilidade Percebida					Total

Aceitou-se a Hipótese 1, uma vez que foi encontrada relação positiva e significativa entre treinamento e facilidade percebida, tem-se com isso que os treinamentos influenciam na melhor compreensão da plataforma do eSocial, podendo ser importantes meios para o melhor atendimento as novas exigências da plataforma. O achado corrobora com estudos anteriores (Escobar-Rodriguez & Monge-Lozano, 2012; Santos *et al.*, 2017) que verificaram a influência da capacitação no entendimento de novos sistemas.

Tendo em vista que a implementação total do eSocial tem se estendido por um longo























A VISÃO DA CONTABILIDADE SOBRE AS REFORMAS DO BRASIL

16 e **17** de setembro de 2019

período de tempo e dada a dificuldade de adaptabilidade a essa nova plataforma, conforme aponta Vellucci *et al.* (2018), os Treinamentos podem servir como soluções aos profissionais que apresentando dificuldades na operacionalização do sistema.

A Hipótese 2 foi aceita, tendo a facilidade percebida uma influência positiva na utilidade percebida do eSocial, corroborando com estudos de outros contextos de implementação de sistemas. Tem-se que uma melhor ciência das facilidades que a plataforma irá oferecer após sua implementação leva a uma melhor percepção de utilidade. Tem-se ainda que a plataforma trará após sua completa implementação a unificação e eliminação das obrigações acessórias que hoje são enviadas separadamente e em diferentes programas de envio dessas informações, cita-se como exemplo: RAIS, CAGED, GFIP. Trazendo uma maior eficiência na entrega das obrigações e auxiliando os contadores a atenderem as demandas de uma forma mais eficiente.

A Hipótese 3 também foi aceita, tendo os Treinamentos uma influência positiva na utilidade percebida. Com isso, tem se que os treinamos auxiliam os contadores a compreender as utilidades propostas pela plataforma do eSocial, e como essa poderá auxiliar na entrega das obrigações de uma forma mais ágil e eficiente, auxiliando ainda no desenvolvimentos das atividades. Sugere-se ainda que as capacitações fazem os contadores compreender melhor as funcionalidades do sistema, e como essas podem ser utilizadas na otimização da entrega das obrigações.

Por fim, a hipótese 4 foi aceita, visto que foram atendidos os critérios de Baron e Kenny (1986), tendo que (i) treinamento influencia significativamente na facilidade percebida; (ii) facilidade percebida influencia significativamente a utilidade percebida; (iii) treinamento influencia significativamente utilidade percebida; (iv) e há um significância na relação entre treinamento e utilidade percebida com a inclusão da mediação da facilidade percebida.

O achado indica que o treinamento leva há uma melhor compreensão da operacionalização e funcionalidade do eSocial e consequentemente a uma melhor visão de utilidade auxiliando na eficiência da entrega das informações a partir da plataforma. Sugere-se com isso que para a otimização na utilização da plataforma e possibilidade de usufruir do benefícios propostos pelo sistema, os treinamentos exercem um importante papel, auxiliando na compreensão do sistema e capacitando os profissionais a utilizar seus benefícios.

Dado que a entrega das informações via eSocial será obrigatório para as empresas após a completa implementação e considerando que boa parte das empresas, principalmente as pequenas empresas não estão preparadas para atender essa demanda, conforme aponta Vellucci *et al.* (2018), surge uma alternativa relevante para extrair conhecimento e sanar possíveis dúvidas sobre o sistema, tendo que é uma novidade para todas as empresas. Possibilitando aos profissionais uma melhor adequação ao sistema e consequente melhora no cumprimento das atividades.

Salienta-se que o sistema possibilita gerenciar e fiscalizar as informações prestadas, bem como enviar as informações em tempo real aos órgãos competentes. Após ser totalmente implantado os contadores serão beneficiados pela diminuição no tempo de envio nas obrigações a serem enviadas, em virtude da unificação de diversas obrigações acessórias nesta nova plataforma digital, com isso faz se importante uma melhor compreensão por parte dos profissionais,

5 Conclusões

O objetivo deste artigo foi examinar a influência dos treinamentos na utilidade percebida

13

































A VISÃO DA CONTABILIDADE SOBRE AS REFORMAS DO BRASIL

16 e **17** de setembro de 2019

do eSocial mediada pela facilidade percebida. O resultado da pesquisa demonstrou que, aqueles profissionais que passaram por treinamentos sobre o eSocial, tem uma melhor compreensão da operacionalização e utilização do sistema e consideram a plataforma mais fácil de utilizar e com uma maior utilidades para auxiliar o envio das obrigações propostas pelo novo sistema do SPED. Neste contexto, as perspectivas sobre a implantação desta plataforma para os contadores que buscaram interesse em cursos, palestras e afins é positiva, já que se percebe por parte desses profissionais a concordância que o eSocial é vantajoso, eficiente, e irá otimizar as decisões.

Ressalta-se, contudo, a partir do alto desvio das assertivas que ainda não há um consenso sobre os treinamentos, facilidade e utilidades propostas pelo eSocial, reforçando as dificuldades de adaptação e implementação final da nova plataforma de envio de informações para o governo. Todavia, ressalta-se a importância das qualificações para adaptação para trabalhar a nova forma, tem uma influência dos treinamentos na compreensão da plataforma, visto que essa após implementada irá suprir diversas obrigações práticas.

O estudo pode contribuir para a teoria, utilizando os pressupostos de Davis, Bagozzi e Warshaw (1989), e trazendo há a discussão uma plataforma obrigatória, não tendo os usuários a optação de escolha por utilizar ou não o sistema. Aponta-se que mesmo com a obrigatoriedade da plataforma, os treinamentos para sua utilização se fazem importante, influenciando na visão dos usuários e podendo proporcionar uma melhor transição das formas de obrigação. O estudo ainda reforça a influência da facilidade percebida na utilidade percebida e apresenta a facilidade como mediadora na relação dos treinamentos com a utilidade percebida para o contexto do eSocial.

Como contribuição prática, o estudo apresenta um melhor entendimento da percepção dos contadores sobre a plataforma do eSocial. Oferecendo em sites aos profissionais que precisam buscar um entendimento melhor sobre essa plataforma abrangente do SPED fiscal. Conclui-se com a implantação do eSocial, que os profissionais que não buscarem a qualificação da plataforma, poderão ter dificuldade em atender as exigências propostas. Aponta-se ainda que com a era digital, se faz cada vez mais frequentes a obrigatoriedade de envios de informações *online*, tendo a necessidade de capacitação para o atendimento dessas demandas.

Como elaboração para pesquisas futuras, após a implantação total do eSocial, sugere-se que seja feita uma nova pesquisa de levantamento, com o objetivo de verificar se a finalidade da plataforma realmente facilidade e utilidade nas atividades rotineiras do setor em relação as informações prestadas pelos contadores ao eSocial.

Referências

- Azevedo, O. R. & Mariano, P. A. (2009). *Sped Sistema Público de Escrituração Digital*. São Paulo: IOB.
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator–mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of personality and social psychology*, 51(6), 1173.
- Barp, A., Vieira, A., & Martins, Z. (2014). Sistema Público de escrituração digital—SPED: adaptações para uso e implementação por profissionais de contabilidade. In *CONTECSI—Congresso Internacional De Gestão Da Tecnologia E Sistemas De Informação* (Vol. 11).
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado de



































16 e **17** de setembro de 2019

- http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- Brasil. (2013). Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7979.htm
- Brasil. (2017). Conheça o eSocial. Recuperado de http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o.
- Caon, A., & Nascimento, S. (2017). Percepção dos discentes de ciências contábeis sobre o sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciária (eSOCIAL). Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, 22(1), 3-27.
- Davis, F. D. (1989). Perceived usefulness, perceived ease of use, and user acceptance of information technology. MIS quarterly, 319-340.
- Duarte, R. D. (2013). e-Social-Mais Arrecadação; Menos Burocracia. Revista Contabilidade & Gestão, Ano, 7, 9-11.
- Faul, F., Erdfelder, E., Buchner, A., & Lang, A. G. (2009). Statistical power analyses using G* Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. Behavior research methods, 41(4), 1149-1160.
- Gonzalez Junior, I. P. G., Fialho, S. H., & dos Santos, E. M. (2016). Avaliação dos sistemas de informação nas organizações: um estudo de caso em empresas do comércio varejista da cidade de Cruz das Almas-BA. NAVUS-Revista de Gestão e Tecnologia, 6(2), 20-36.
- Haberkamp, A. M.; Maçada, A. C. G.; Raimundini, S. L.; Bianchi, M. (2010). Impacto dos investimentos em Tecnologia da Informação (TI) nas variáveis estratégicas das empresas prestadoras de serviços contábeis. BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS, 7(2), 149-161.
- Hair Jr, J., Sarstedt, M., Hopkins, L., & G. Kuppelwieser, V. (2014). Partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM) An emerging tool in business research. European Business Review, 26(2), 106-121.
- IOB. (2015). Guia Prático do eSocial 2.1: Orientações gerais e principais eventos. Recuperado de http://www.iob.com.br/newsletterimages/iobstore/sumarios/2015/out/LIV21300.pdf
- Leal, J., Rosendo, L. L. D. S., Félix, L. A. J., & Soares, Y. M. A. (2016). Implementação do eSocial: benefícios e desafios sob as perspectivas dos profissionais contábeis da Paraíba. Revista Gestão e Organizações, João Pessoa/PB, 1(01), 124-142.
- Lizote, S. A., & Mariot, D. M. (2012). A estrutura do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo das novas obrigações. Navus-Revista de Gestão e Tecnologia, 2(2), 17-25.
- Mann, H. S. & Hoffmam, R. C. (2015). A implantação do eSocial sob a ótica dos profissionais de RH das cooperativas agropecuárias de Ponta Grossa-PR. In: Congresso Internacional de Administração.
- Marin, J. H.; Silva, L.S.; Gonçalves, N. O. (2015). Auditoria trabalhista com ênfase no eSocial (versão 2.1). 1. ed. São Paulo: IOB SAGE.
- Nascimento, G. C. (2013). SPED: Sistema Público de Escrituração Digital sem armadilhas. São Paulo: Trevisan Editora.
- Oliveira, A. S. (2014). Sped nas pequenas empresas. São Paulo: Trevisan Editora.





























16 e **17** de setembro de 2019

- Oliveira, C. V., Pereira, V. H., Martins, V. F., & Silva, C. M. (2016). Percepção dos profissionais contábeis da região metropolitana de belo horizonte sobre a implantação do sped. *RAGC*, 4(16).
- Oliveira, D. D. R., & Ávila, L. A. C. D. (2016). Sped-Sistema Público De Escrituração Digital: Um Estudo Do Nível De Qualificação Dos Profissionais Contábeis Em Uma Cidade Do Estado De Minas Gerais. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da *UERJ*, 21(1).
- Oliveira, L. D. S., Santana, T. P., & Martins, Z. B. (2017). Perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial. Revista Mineira de Contabilidade, 18(2), 41-53.
- Paiva, S. B. (2002). A Contabilidade e as novas tecnologias de informação-uma aliança estratégica. Revista Brasileira de Contabilidade, (135), 73-80.
- Richardson, M. (1999). Fundamentos da metodologia científica. São Paulo.
- Rigo, I. G. et al. (2015). Sistema público de escrituração digital: eSocial um estudo nas organizações contábeis no município de Getútlio Vargas-RS. In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 15.
- Ringle, C. M., Da Silva, D., & Bido, D. D. S. (2014). Modelagem de equações estruturais com utilização do SmartPLS. Revista Brasileira de Marketing, 13(2), 56-73.
- Rocha, S. K., & de Carvalho, F. N. (2012). Análise da percepção dos acadêmicos egressos do curso de ciências contábeis das Instituições de Ensino Superior Públicas da grande Florianópolis sobre o Sistema Público de Escrituração Digital. Revista Catarinense da *Ciência Contábil*, 11(31), 23-36.
- Ruschel, M. E., Frezza, R., & Utzig, M. J. S. (2011). O impacto do SPED na contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil. Revista Catarinense da Ciência Contábil, 10(29), 09-26.
- Silva, M. C., & Nascimento, M. (2015). EFD Social-Escrituração Fiscal Da Folha De Pagamento E Das Obrigações Previdênciárias, Trabalhistas E Fiscais: Um Estudo De Caso Numa Empresa De Grande Porte, Em Florianópolis, Santa Catarina. Revista Borges, 5(2), 52-66.
- SPED. (2019). Conheça o SPED: Objetivos. Recuperado de http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/967
- Vellucci, R. G., Venelli-Costa, L., Cappelloza, A., & de Miranda Kubo, E. K. (2018). OS Desafios da Implantação do Esocial. Revista da Micro e Pequena Empresa, 12(1), 67.
- Zanin, A., Poli, O. L., da Silveira, L. D. S. F., Barichello, R., & dos Reis, J. A. F. (2017). Fatores dificultadores na fase pré-implantação do e-social na concepção de instituições comunitárias de ensino superior de Santa Catarina. Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL, 10(2), 189-209.

















